



» Entrevista | FELIPE PROENÇO | SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Para o especialista, programa de atendimento básico às famílias alicerça todas as políticas públicas desenvolvidas pelo ministério — cuja meta, agora, é fazer com que os integrantes do Mais Médicos fiquem tempo maior nos locais em que atuam

“Queremos os médicos ligados às comunidades”

» LUANA PATRIOLINO

O atendimento à saúde primária — incluindo prevenção, diagnóstico e tratamento — é um dos desafios do governo federal. Neste ano, o Ministério da Saúde aumentou em 28% o financiamento do setor em relação a 2023, com repasse previsto de R\$ 35 bilhões. O secretário de Atenção Primária à Saúde da pasta, Felipe Proença, destaca o investimento no Programa Mais Médicos como essencial para o desenvolvimento da saúde da família, principalmente, em locais de maior vulnerabilidade. “A média de permanência de médicos, em algumas regiões, é de nove meses. Nossa meta nesse programa, além de garantir uma melhor formação desses profissionais, é, também, de mantê-los durante um período maior ligados às comunidades”, explicou. Leia a seguir trechos da entrevista.

O Dia Nacional da Saúde deste ano chamou atenção para a importância da saúde primária da população. Como o ministério chegou ao consenso de que essa é uma das prioridades do país?

Essa data é consolidada por lei e mobiliza uma série de temas dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) sobre a valorização desse sistema público. Para 2024, fizemos um debate dentro do ministério para a importância de se reforçar a política nacional de promoção da saúde. Isso por conta da influência que tem de conseguir estimular a atividade física, de estimular uma alimentação mais adequada nos diferentes contextos culturais. Por isso, elencamos esse tema para a celebração de 2024 e organizamos um evento pensando também nos servidores.

Quando falamos de atenção primária, a maioria das pessoas pensa apenas na vacinação dos postos de saúde. Mas existe um leque de serviços nesse setor. Qual é a importância de o ministério reforçar tudo o que é oferecido à população?

A cada 10% que aumenta de equipes de saúde da família,

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



O Mais Médicos foi a última expansão que a gente teve na saúde da família. Essa escassez tem sido enfrentada com o aumento que o programa teve, em 2022, com a contratação de 13 mil profissionais. E, agora, mais de 25 mil, com os editais que estão em andamento”

conseguimos ter um impacto de, pelo menos, 2% na diminuição da mortalidade infantil. Aqueles municípios que têm mais de 70% de cobertura de saúde da família, pelo quantitativo de equipes pensando no tamanho da população, conseguem diminuir em até 70% as internações por derrame e por infarto. Isso demonstra que a saúde da família consegue trabalhar com a prevenção.

Como é possível chegar a esse resultado?

Ao mesmo tempo que você consegue identificar, no território, quais são as condições socioeconômicas que as pessoas têm de vida, é possível conseguir esses resultados tão expressivos com a saúde da família. E, claro, a promoção da saúde é uma das etapas fundamentais nas atividades da atenção primária.

Como é o diálogo com a ministra

da Saúde, Nísia Trindade, sobre esse tema?

Ela o abraçou, até mesmo pelo fato de conhecer muito bem o Sistema Único de Saúde (SUS), a atenção primária, e entender o quanto esse tipo de atividade vai repercutir no país. Também pudemos comemorar os 10 anos do guia da alimentação brasileira. Esse é um material que é referência mundial no assunto. Inclusive, foi uma das primeiras pesquisas desenvolvidas no Brasil que influenciaram ações em diversos países.

O Censo das Unidades de Saúde tem um alto índice de adesão dos municípios. Qual é a importância de ter esses dados em mãos para ações estratégicas?

Todos os municípios do país, exceto os do Rio Grande do Sul — que estão num prazo mais alongado —, aderiram ao censo. É um levantamento fundamental para

entender como estão as condições de estrutura das unidades básicas de saúde (UBS), de equipamentos, do processo de trabalho de funcionamento das atividades das unidades, da composição de equipes multiprofissionais nas unidades de saúde. Então, ter mais de 45 mil unidades básicas participando deste censo, para nós, é fundamental, já que isso não acontecia há 12 anos.

As ações podem ser complementadas?

Vamos poder complementar ações que foram retomadas. Por exemplo: não se tinha um programa de investimento, como o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), para a atenção primária desde 2015. É importante para poder direcionar os investimentos e ter as informações do novo censo das UBSs. Teve uma adesão maciça dos municípios. Estamos, agora,

em fase de preenchimento dos questionários pelas unidades, que vai até dia 16, mas mais de 92% das UBS já responderam. Em breve, teremos informações detalhadas e bastante apuradas sobre a situação de estrutura de funcionamento dos postos de saúde em todo o país.

Mesmo sem esses dados, o Ministério da Saúde sabe qual é a demanda mais urgente? É a falta de equipe?

A estratégia de saúde da família começou, em 1994, com um pouco menos de 300 delas. Em 30 anos, alcançamos mais de 52 mil. Mas isso estagnou a partir de 2011 pela falta de médicos. O programa Mais Médicos foi a última expansão que a gente teve na saúde da família. Essa escassez tem sido enfrentada com o aumento que o programa teve, em 2022, com a contratação de 13 mil profissionais. E, agora,

mais de 25 mil, com os editais que estão em andamento.

Falando no Mais Médicos, ele é voltado para municípios com mais vulnerabilidade, certo?

Sim. Sessenta por cento dos médicos que estão nos municípios mais vulneráveis são do programa. Em 2023, o Mais Médicos completou 10 anos e se pôde avaliar qual teria sido o avanço do programa e o quanto estava conseguindo fixar profissionais. A média de permanência de médicos na saúde da família, em algumas regiões, é de nove meses. Nossa meta nesse programa, além de garantir uma melhor formação dos profissionais, é, também, de mantê-los durante um período maior e ligados às comunidades. Por isso é que, com a retomada do programa, em 2023, aumentamos de três para quatro anos o período de ciclos de formação dos profissionais. Garantimos a questão de licença-maternidade, licença-paternidade, diversificamos as ofertas de formação — como mestrado e doutorado, e especialização específica para medicina de família e da comunidade. Colocamos um incentivo para o médico permanecer um período maior dentro do programa.

Passamos, recentemente, por uma epidemia de dengue e, na quarta-feira, ultrapassamos a marca de 5 mil mortos pela doença. Como a saúde primária pode atuar para evitar o avanço da doença?

Primeiramente, é a prevenção. No momento em que a saúde da família está presente em um território, ela tem que conhecer muito bem esse local. O agente comunitário tem a rotina de visitar os domicílios. É importante que conheça os locais que possam ter criadouros do aedes aegypti. Ao mesmo tempo em que os agentes conseguem identificar a suspeita do caso de dengue, devem acompanhar e estratificar o risco daquela pessoa — monitorar a necessidade de hidratação, de retorno à unidade básica de saúde. Essa equipe também identifica se é necessário encaminhar ao serviço de média ou de alta complexidade. E o Ministério da Saúde faz o papel de coordenação desse processo.

INFÂNCIA

IBGE: mais de 100 mil crianças não têm certidão

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*
» VITÓRIA TORRES*

Pelo menos 114 mil crianças de até cinco anos estão sem certidão de nascimento. A constatação é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou, ontem, o Censo Demográfico 2022 — Registro de Nascimentos: Resultados do universo.

Apesar disso, a pesquisa mostra que houve um aumento nas certidões, se comparada aos dados colhidos em 2010. Em 2022, 99,3% das crianças de até cinco anos tinham o documento do cartório atestando o nascimento. Isso representa um aumento de dois pontos percentuais em relação à última pesquisa (97,3%).

Entre as crianças de menos de um ano, a parcela subiu de 93,8%, em 2010, para 98,3%, em 2022. A população de dois a cinco anos também apresentou uma evolução nos dados — a taxa passou de 98,2%, em 2010, para 99,5%, em 2022.

Apesar do progresso, os dados revelam disparidades entre diferentes regiões e grupos étnico-raciais. A região Norte, que concentra 45% da população indígena do país, é onde se observa a menor taxa de registro das crianças. Estados como Roraima (89,3%), Amazonas (96%) e Amapá (96,7%) são os que apresentam os maiores índices de falta de certidões de nascimento.

A situação é mais preocupante

Rovena Rosa/Agência Brasil



Entre os indígenas, cerca de 12% das crianças não tinham registro

nas comunidades indígenas. Em 2022, 12,5% das crianças com até cinco anos não tinham certidão de nascimento — isso equivale a 10.461 indivíduos. A falta de registro está diretamente ligada a alguns fatores: à localização

das aldeias, às distâncias percorridas até os cartórios, aos custos desse deslocamento, à falta de infraestrutura nos cartórios e às barreiras linguísticas e culturais que dificultam o acesso ao serviço.

SOCIEDADE

STJ impede aborto de feto com grave doença genética

» JULIANA SOUSA*

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça negou, ontem, um pedido de habeas corpus para que uma mulher possa realizar aborto sem ser processada criminalmente. Grávida de 30 semanas, ela descobriu que o feto tem Síndrome de Edwards, uma alteração genética grave. A defesa argumentou morte do bebê ao nascer e risco à vida da gestante. A mulher teve o HC negado em primeira e segunda instâncias.

O relator do caso, ministro Messod Azulay Neto, argumentou em seu voto que, além de a mulher não provar que está sob risco de vida, é possível que a

criança sobreviva. “Estou fazendo uma análise absolutamente técnica, considerando que o nosso ordenamento jurídico só autoriza a realização do aborto terapêutico e o resultante de estupro, além do caso particular analisado pelo STF, que é de anencefalia”, salientou o ministro.

A expectativa de vida para os fetos portadores da Síndrome de Edwards é baixa — geralmente são natimortos ou não passam dos dois anos de vida. A defesa tentou aplicar ao caso, por analogia, o entendimento do STF acerca dos fetos anencefálicos em que o aborto é permitido por lei.

*Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi